

BOLETIM DA FACULDADE DE DIREITO  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

---

A. SANTOS JUSTO

# DIREITO PRIVADO ROMANO — I

PARTE GERAL

(INTRODUÇÃO. RELAÇÃO JURÍDICA.  
DEFESA DOS DIREITOS)

*4.<sup>a</sup> EDIÇÃO*



2008

---

COIMBRA EDITORA

Composição e impressão  
Coimbra Editora, Limitada

ISSN 0872-6043

ISBN 978-972-32-1627-1 4.ª edição  
(ISBN 978-972-32-1435-0 3.ª edição)

Depósito Legal n.º 282 924/2008

Outubro de 2008

## ÍNDICE

	Págs.
NOTA À 3. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	5
NOTA PRÉVIA (DA 1. <sup>a</sup> EDIÇÃO).....	7
ABREVIATURAS.....	9
1. Fontes jurídicas.....	9
2. Fontes não jurídicas.....	10
3. Revistas. Outras abreviaturas .....	10

## LIVRO PRIMEIRO

## PARTE GERAL

## TÍTULO I

## INTRODUÇÃO

## CAPÍTULO I

## NOÇÕES FUNDAMENTAIS

§ 1. Direito Romano.....	15
1.1. Conceito .....	15
1.2. Desenvolvimento .....	17
1.3. Caracterização .....	19
1.4. Utilidade.....	26
§ 2. <i>Ius e fas</i> .....	27
§ 3. <i>Iustitia e aequitas</i> .....	28
§ 4. <i>Iuris praecepta</i> .....	30
§ 5. <i>Ius publicum e ius privatum</i> .....	31
§ 6. <i>Ius scriptum e ius non scriptum</i> .....	34
§ 7. <i>Ius civile, ius praetorium e ius honorarium</i> .....	35
§ 8. <i>Ius gentium e ius naturale</i> .....	38
§ 9. <i>Ius commune e ius singulare. Beneficium e privilegium</i> .....	42

	Págs.
§ 10. <i>Ius novum</i> ou <i>extraordinarium</i> .....	44
§ 11. Concepções jurídicas modernas aplicadas ao Direito Romano .....	45
11.1. Preliminares.....	45
11.2. Direito objectivo .....	46
11.2.1. Conceito.....	46
11.2.2. Âmbito pessoal, espacial e temporal.....	46
11.2.3. Subsunção .....	48
11.2.4. Cessação da vigência .....	48
11.3. Direito subjectivo.....	49
11.3.1. Conceito.....	49
11.3.2. Classificação .....	50
11.3.3. Uso e abuso do direito subjectivo.....	51
11.4. Interpretação .....	53

## CAPÍTULO II

### ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

§ 12. Direito e Política.....	58
§ 13. Roma primitiva.....	58
§ 14. A República.....	61
§ 15. O Principado.....	67
§ 16. O Dominado.....	70
§ 17. Administração local.....	71
17.1. Na República.....	71
17.2. No Principado.....	73
17.3. No Dominado .....	75

## CAPÍTULO III

### FONTES DO *IUS CIVILE*

§ 18. Preliminares.....	76
§ 19. Costume: <i>mores maiorum, consuetudo e usus</i> .....	78
§ 20. Lei .....	80
§ 21. Plebiscito .....	83
§ 22. <i>Senatusconsulto</i> .....	84
§ 23. Constituição imperial.....	84
§ 24. Jurisprudência.....	86

CAPÍTULO IV  
COMPILAÇÕES

	Págs.
§ 25. Compilações pré-justinianeias .....	91
§ 26. <i>Corpus Iuris Civilis</i> .....	94
§ 27. Compilações pós-justinianeias .....	97

CAPÍTULO V  
SUPERVIVÊNCIA DO DIREITO ROMANO

§ 28. Preliminares .....	98
§ 29. No Oriente .....	99
§ 30. No Ocidente .....	100

TÍTULO II  
RELAÇÃO JURÍDICA

CAPÍTULO I  
SUJEITOS

SECÇÃO I  
NOÇÕES FUNDAMENTAIS

§ 31. Personalidade e capacidade jurídica .....	105
---	-----

SECÇÃO II  
PESSOA FÍSICA

§ 32. Nascimento .....	107
§ 33. Capacidade jurídica .....	109
33.1. Preliminares .....	109
33.2. <i>Status libertatis</i> .....	110
33.2.1. Cidadãos romanos .....	110
33.2.1.1. Ingénuos .....	110
33.2.1.2. Libertos .....	111
33.2.2. Estrangeiros .....	113

	Págs.
33.2.3. Escravos.....	115
33.2.3.1. Situação jurídica .....	115
33.2.3.2. Causas da escravatura .....	121
33.2.3.3. Extinção da escravatura.....	123
33.2.3.4. Restrições à liberdade de manumitir .....	127
33.2.4. Situações afins à escravatura.....	128
33.2.4.1. <i>Persona in mancipio</i> .....	128
33.2.4.2. <i>Colonus</i> .....	129
33.2.4.3. <i>Auctoratus</i> .....	130
33.2.4.4. <i>Redemptus ab hostibus</i> .....	131
33.2.4.5. <i>Addictus e nexus</i> .....	131
33.2.4.6. <i>Homo liber bona fidei serviens</i> .....	132
33.3. <i>Status civitatis</i> : .....	132
33.3.1. Cidadãos romanos.....	132
33.3.2. Latinos.....	134
33.3.2.1. <i>Latini veteres</i> (ou <i>prisci</i> ) .....	134
33.3.2.2. <i>Latini coloniarum</i> .....	135
33.3.2.3. <i>Latini iuniani</i> .....	135
33.3.2.4. Acesso à cidadania romana .....	136
33.4. <i>Status familiae</i> .....	136
33.4.1. Preliminares .....	136
33.4.2. <i>Persona sui iuris</i> .....	136
33.4.3. <i>Persona alieni iuris</i> .....	137
33.5. <i>Capitis deminutio</i> .....	138
33.5.1. Conceito.....	138
33.5.2. Espécies e efeitos .....	138
33.5.2.1. <i>Capitis deminutio maxima</i> .....	138
33.5.2.2. <i>Capitis deminutio media</i> .....	139
33.5.2.3. <i>Capitis deminutio minima</i> .....	140
33.6. Limitações. Causas.....	141
33.6.1. Preliminares .....	141
33.6.2. Idade .....	141
33.6.3. Sexo.....	143
33.6.4. Enfermidade física e mental.....	144
33.6.5. Prodigalidade.....	144

	Págs.
33.6.6. Degradação da honra: <i>infamia e turpitude</i> .....	145
33.6.7. Religião .....	147
33.6.8. Condição social .....	148
33.6.9. Exercício de cargos públicos e sacerdotais.....	149
§ 34. Morte .....	150

## SECÇÃO II

## PESSOA COLECTIVA

§ 35. Personalidade jurídica.....	151
35.1. Preliminares.....	151
35.2. Evolução histórica .....	152
§ 36. Corporações.....	154
§ 37. Fundações.....	157

## CAPÍTULO II

## OBJECTO: AS COISAS

§ 38. Preliminares .....	159
§ 39. Conceito de <i>res</i> .....	160
§ 40. Classificação .....	160
40.1. <i>Res corporales e res incorporales</i> .....	160
40.2. <i>Res in commercio e res extra commercium</i> .....	161
40.3. <i>Res Mancipi e res nec Mancipi</i> .....	167
40.4. <i>Res mobiles e res immobiles</i> .....	168
40.5. Coisas consumíveis e coisas não consumíveis .....	169
40.6. Coisas fungíveis e coisas não fungíveis .....	169
40.7. Coisas divisíveis e coisas indivisíveis .....	170
40.8. Coisas simples, coisas compostas e <i>universitates (rerum e iuris)</i> .....	171
40.9. Coisas principais, acessórias e partes.....	173
40.10. Coisas frutíferas e coisas não frutíferas .....	174

## CAPÍTULO III

## DINÂMICA

## SECÇÃO I

## FACTOS JURÍDICOS

§ 41. Preliminares.....	175
§ 42. Conceito. Classificação.....	176

	Págs.
§ 43. Efeitos .....	178
§ 44. Tempo .....	181

## SECÇÃO II NEGÓCIOS JURÍDICOS

§ 45. Conceito.....	183
§ 46. Elementos essenciais.....	184
46.1. Caracterização .....	184
46.2. Enumeração .....	185
46.2.1. Capacidade de agir (ou de exercício) .....	185
46.2.2. Vontade e declaração. Forma .....	187
46.2.3. Causa.....	189
46.2.4. Objecto .....	190
§ 47. Elementos acidentais .....	191
47.1. Caracterização .....	191
47.2. Condição.....	192
47.3. Termo.....	197
47.4. Modo.....	199
§ 48. Substituição e representação .....	201
48.1. Substituição.....	201
48.1.1. <i>Nuntius</i> .....	201
48.1.2. <i>Filius e servus</i> .....	202
48.2. Representação.....	203
48.2.1. Imediata (ou directa).....	203
48.2.2. Mediata (ou indirecta) .....	205
§ 49. Anormalidades:.....	206
49.1. Preliminares.....	206
49.2. Divergência vontade-declaração .....	208
49.2.1. Consciente ou intencional.....	208
49.2.1.1. Simulação .....	208
49.2.1.2. Reserva mental.....	210
49.2.1.3. Declarações não sérias .....	210
49.2.2. Inconsciente ou não intencional .....	210
49.2.2.1. Coacção absoluta.....	210
49.2.2.2. Erro na declaração.....	211



	Págs.
49.3. Vícios da vontade .....	213
49.3.1. Erro-vício .....	213
49.3.2. Dolo .....	215
49.3.3. Coacção .....	217
§ 50. Ineficácia .....	219
50.1. Preliminares .....	219
50.2. Modalidades .....	219
50.2.1. Inexistência .....	219
50.2.2. Invalidade .....	220
50.2.2.1. Caracterização .....	220
50.2.2.2. Modalidades .....	221
50.2.2.2.1. Nulidade .....	221
50.2.2.2.2. Anulabilidade .....	222
50.2.3. Ineficácia em sentido estrito .....	223
50.3. Sanação .....	223
50.4. Conversão .....	225
§ 51. Interpretação .....	226
§ 52. Classificação .....	228
52.1. Negócios jurídicos unilaterais e bilaterais .....	228
52.2. Negócios jurídicos formais (ou solenes) e não formais (ou não solenes) .....	229
52.3. Negócios jurídicos onerosos e gratuitos .....	230
52.4. Negócios jurídicos causais e abstractos .....	230
52.5. Negócios jurídicos <i>mortis causa e inter vivos</i> .....	231
52.6. Negócios jurídicos <i>iuris civilis, iuris honorarii</i> (ou <i>praetorium</i> ) e <i>iuris gentium</i> .....	232

TÍTULO III  
DEFESA DOS DIREITOS

CAPÍTULO I  
INTRODUÇÃO

§ 53. Exercício e protecção de direitos .....	233
§ 54. <i>Actio</i> .....	236
54.1. Conceito .....	236

	Págs.
54.2. Classificação .....	238
54.2.1. <i>Actio civilis</i> e <i>actio honoraria</i> .....	238
54.2.2. <i>Actio in rem</i> , <i>actio in personam</i> e <i>actio mixta</i> .....	239
54.2.3. <i>Vindicatio</i> e <i>condictio</i> .....	242
54.2.4. <i>Actio in rem scripta</i> .....	244
54.2.5. <i>Actio reipersecutória</i> , <i>actio penal</i> e <i>actio mista</i> .....	244
54.2.6. <i>Actio bonae fidei</i> e <i>actio stricti iuris</i> .....	247
54.2.7. <i>Actio in bonum et aequum concepta</i> .....	249
54.2.8. <i>Actio</i> arbitrária .....	250
54.2.9. <i>Actio</i> perpétua e <i>actio</i> temporária. Prescrição .....	253
54.2.10. <i>Actio</i> directa e <i>actio</i> útil .....	256
54.2.11. <i>Actio</i> privada e <i>actio</i> popular .....	258
54.2.12. <i>Actio ex contractu</i> e <i>actio ex delicto</i> .....	259
54.2.13. <i>Actio</i> directa e <i>actio</i> contrária .....	259
54.2.14. <i>Actio</i> simples e <i>actio</i> dupla .....	260
54.2.15. <i>Actio praeiudicialis</i> .....	261
54.3. Acumulação .....	264
§ 55. <i>Iudicium legitimum</i> e <i>iudicium quod imperio continetur</i> .....	265
§ 56. Processo civil .....	265
56.1. Evolução histórica .....	265
56.2. O <i>ordo iudiciorum privatorum</i> .....	266
56.2.1. O processo das <i>legis actiones</i> .....	266
56.2.2. O processo do <i>agere per formulas</i> .....	267
56.3. A <i>cognitio extra ordinem</i> .....	268
§ 57. Organização judicial .....	269
57.1. Poderes dos magistrados .....	269
57.1.1. <i>Imperium</i> .....	269
57.1.2. <i>Iurisdictio</i> .....	270
57.1.2.1. Caracterização .....	270
57.1.2.2. Relações entre a <i>iurisdictio</i> e o <i>imperium</i> .....	271
57.1.2.3. Modalidades .....	271
57.1.3. <i>Cognitio</i> .....	272
57.2. Órgãos judiciais .....	273
57.2.1. No <i>ordo iudiciorum privatorum</i> .....	273
57.2.2. Na <i>cognitio extra ordinem</i> .....	274
57.3. Competência .....	274

<i>Índice</i>	457
§ 58. Tempo, linguagem e publicidade .....	Págs. 277
§ 59. Partes .....	278
59.1. Litigantes.....	278
59.2. Auxiliares.....	280
59.3. Pluralidade: <i>litisconsortium</i> .....	281
§ 60. Representantes.....	282
§ 61. <i>jurisconsulti, oratores e advocati</i> .....	285

## CAPÍTULO II

### PROCESSO DAS *LEGIS ACTIONES*

§ 62. Caracterização.....	288
§ 63. Fase <i>in iure</i> .....	289
63.1. Preliminares.....	289
63.2. Tramitação .....	292
63.2.1. <i>Legis actio per sacramentum</i> .....	292
63.2.2. <i>Legis actio per iudicis arbitrive postulationem</i> .....	295
63.2.3. <i>Legis actio per conditionem</i> .....	296
63.2.4. <i>Legis actio per manus iniunctionem</i> .....	297
63.2.5. <i>Legis actio per pignoris capionem</i> .....	300
§ 64. Fase <i>apud iudicem</i> .....	301
64.1. Preliminares.....	301
64.2. Sentença .....	303
64.2.1. Na <i>legis actio per sacramentum</i> .....	303
64.2.2. Na <i>legis actio per iudicis arbitrive postulationem</i> .....	304
64.2.3. Na <i>legis actio per conditionem</i> .....	304
64.2.4. Caso julgado. Execução .....	305
§ 65. Deficiências .....	305

## CAPÍTULO III

### PROCESSO DO *AGERE PER FORMULAS*

§ 66. Origem .....	307
§ 67. Fórmula.....	311

	Págs.
67.1. Noção.....	311
67.2. Estrutura .....	312
67.2.1. Preliminares .....	312
67.2.2. Partes ordinárias .....	313
67.2.2.1. <i>Intentio</i> .....	313
67.2.2.2. <i>Condemnatio</i> .....	316
67.2.3. Partes eventuais .....	319
67.2.3.1. <i>Demonstratio</i> .....	319
67.2.3.2. <i>Adiudicatio</i> .....	320
67.2.4. Partes extraordinárias.....	321
67.2.4.1. <i>Exceptio</i> .....	321
67.2.4.2. <i>Replicatio, duplicatio e triplicatio</i> .....	328
67.2.4.3. <i>Praescriptio</i> .....	329
67.3. Espécies:.....	331
67.3.1. Fórmula civil (ou <i>in ius concepta</i> ) .....	331
67.3.2. Fórmula <i>in factum concepta</i> .....	333
67.3.3. Fórmula útil.....	334
67.3.3.1. Preliminares .....	334
67.3.3.2. Fórmula fictícia.....	335
67.3.3.3. Fórmula translativa .....	338
67.3.3.4. Fórmula <i>ad exemplum</i> .....	341
§ 68. Tramitação:.....	342
68.1. Na fase <i>in iure</i> : .....	342
68.1.1. Preliminares .....	342
68.1.2. <i>Edictio e postulatio actionis</i> .....	344
68.1.3. <i>Interrogatio in iure</i> .....	344
68.1.4. <i>Iusiurandum calumniae</i> .....	345
68.1.5. <i>Iusiurandum necessarium</i> .....	345
68.1.6. <i>Iusiurandum voluntarium</i> .....	347
68.1.7. <i>Datio ou denegatio actionis</i> .....	348
68.1.8. <i>Confessio in iure</i> .....	349
68.1.9. <i>Cautiones</i> .....	350

	Págs.
68.1.10. Redacção definitiva da fórmula. <i>Dare iudicium e iudicare iubere</i> .....	351
68.1.11. <i>Litis contestatio</i> .....	352
68.1.11.1. Caracterização .....	352
68.1.11.2. Efeitos .....	352
68.2. <i>Na fase apud iudicem</i> .....	357
68.2.1. Órgão judicial. <i>Officium iudicis</i> .....	357
68.2.2. Intervenção do magistrado .....	358
68.2.3. Duração do processo .....	359
68.2.4. Debate judicial. Lugar e tempo .....	359
68.2.5. Presença e ausência das partes .....	360
68.2.6. Alegações .....	360
68.2.7. Prova .....	361
68.2.7.1. Preliminares .....	361
68.2.7.2. Meios de prova .....	362
68.2.7.2.1. Directos ( <i>probationes inartificiales</i> ).....	362
68.2.7.2.2. <i>Praesumptiones (probationes artificiales)</i> .....	364
68.2.7.3. Apreciação.....	365
68.2.7.4. <i>Onus probandi</i> .....	365
§ 69. Sentença .....	366
69.1. Pressupostos .....	366
69.2. Conteúdo, espécies e forma .....	370
69.3. Efeitos .....	372
69.3.1. Preliminares .....	372
69.3.2. Efeitos gerais .....	372
69.3.3. Efeitos especiais .....	376
69.4. Impugnação.....	377
69.5. Execução .....	380
69.5.1. Preliminares.....	380
69.5.2. Processo. A <i>actio iudicati</i> .....	381
69.5.3. Objecto .....	382
69.5.3.1. Execução pessoal.....	382
69.5.3.2. Execução patrimonial .....	383
69.5.3.2.1. <i>Bonorum venditio</i> .....	383
69.5.3.2.2. <i>Distractio bonorum</i> .....	388

CAPITULO IV  
PROCESSO EXTRAORDINÁRIO

	Págs.
§ 70. Origem .....	388
§ 71. Características .....	391
§ 72. Tramitação .....	392
72.1. Citação. Obrigação de comparência. Contumácia .....	392
72.2. Actuação perante o magistrado .....	394
72.2.1. <i>Confessio</i> .....	394
72.2.2. Juramento .....	395
72.2.3. <i>Litis contestatio</i> .....	396
72.2.3.1. Caracterização .....	396
72.2.3.2. Efeitos .....	396
72.2.4. <i>Interrogatio in iure</i> .....	398
72.2.5. <i>Exceptiones</i> .....	398
72.2.6. Prova .....	400
72.2.6.1. Preliminares. Normas .....	400
72.2.6.2. Meios de prova .....	402
72.2.6.3. <i>Praesumptiones</i> .....	405
§ 73. Sentença .....	405
73.1. Pressupostos e requisitos .....	405
73.2. Conteúdo .....	406
73.3. Sentença da chancelaria imperial .....	408
73.4. Impugnação .....	408
73.4.1. Preliminares .....	408
73.4.2. Modalidades: .....	409
73.4.2.1. Apelação .....	409
73.4.2.2. Súplica .....	411
73.4.2.3. Outros expedientes .....	411
73.5. Efeitos .....	412
73.6. Execução .....	413
73.6.1. Processo: a <i>actio iudicati</i> .....	413
73.6.2. Objecto .....	413
73.6.3. Meios .....	414
73.6.4. <i>Pactum ut minus solvatur</i> . Moratória .....	416

	Págs.
§ 74. Custas.....	417
§ 75. Responsabilidade do juiz, oficiais, assessores, advogados e procuradores ...	419

## CAPÍTULO V PROCESSOS ESPECIAIS

§ 76. Processo per rescriptum principis.....	421
§ 77. Processos sumários.....	422
77.1. Preliminares.....	422
77.2. Espécies.....	423
§ 78. Processo interdital .....	424
§ 79. Processo monitório e executivo .....	426
§ 80. Processos não estatais .....	428
80.1. Arbitragem privada .....	428
80.2. Processo perante autoridades eclesiásticas.....	429

## CAPÍTULO VI PROTECÇÃO JURÍDICA EXTRAPROCESSUAL

§ 81. Preliminares .....	430
§ 82. <i>Stipulatio praetoria</i> .....	430
§ 83. <i>Restitutio in integrum</i> .....	432
§ 84. <i>Missio in possessionem</i> .....	435
§ 85. <i>Interdictum</i> .....	438
BIBLIOGRAFIA.....	443